

Papo de Índio

TXAI TERRI VALLE DE AQUINO & MARCELO PIEDRAFITA IGLESIAS

Aprovação do Currículo da Comissão Pró-Índio para os Agentes Agroflorestais

NIETTA LINDENBERG MONTE *

Algumas ações de nosso percurso profissional e pessoal ganham destaque na maturidade do tempo que avança.

A relação que a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) conseguiu estabelecer entre inovação na educação e currículo, acompanhada pelo reconhecimento oficial do Estado brasileiro e da própria sociedade, é uma delas.

Desde 1983, a “experiência de autoria” desenvolvida pelo trabalho pedagógico de longo prazo da equipe da CPI/AC com os diversos professores e agentes agroflorestais é algo de que nos orgulhamos bastante.

Um grupo de docentes e professores de diversas universidades brasileiras apóia e dinamiza o trabalho educativo a cada ano, há décadas, sob a coordenação pedagógica local da equipe de assessores da CPI/AC.

Este trabalho tem sido importante pela fundação de um novo paradigma de tratamento das questões educacionais, curriculares, por parte da sociedade civil e dos próprios indígenas do Brasil.

Muitas análises já foram feitas desta história. Mas, o que queremos destacar neste comentário é o cuidado que a experiência de autoria vem tendo, há cerca de 30 anos, de aliar a uma prática alternativa, levada a sério, o trabalho de documentação e reflexão coletivas, o registro e análise dos fatos e das experiências vividas em termos educacionais.

Foi este registro documental, analítico e descritivo dos momentos educativos que deu a possibilidade de, hoje, termos na bagagem institucional e social da CPI/AC dois textos curriculares “de peso”, elaborados pelas equipes docentes e discentes, ao longo do processo, e reconhecidos pelo parceiro imprescindível da história – o Conselho Estadual de Educação do Acre - dando sua aprovação à nossa sistematização de uma prática educativa de formação de sujeitos indígenas, presente e futura.

Tal afirmação exige a narrativa de um percurso:

No ano de 1993, o motivo de grande satisfação da equipe CPI/AC, mas também dos professores e do próprio Estado do Acre, foi o pioneiro trabalho de construção curricular dos cursos de formação de professores indígenas, cujo documento final, por mim coordenado, teve o peso de duas centenas de páginas contendo a história de um trabalho multidisciplinar com foco na sala de aula e na formação básica dos próprios professores em serviço, com equivalência a um Magistério Indígena Bilingüe Intercultural em nível médio.

Este documento curricular foi importante também a nível nacional, pois

consistiu em primeiro texto curricular apresentado no país, aprovado por um Conselho Estadual de Educação. Ele serviu de base teórica, jurídica e administrativa para muitas outras experiências educativas de formação profissional de professores indígenas ocorridas em vários estados, sobretudo de responsabilidade da sociedade civil, indígenas e indigenistas.

Foram algumas as entidades que estiveram juntas nesta trilha aberta, da regulamentação das experiências educativas, por meio da elaboração e divulgação dos documentos curriculares elaborados pelas equipes de docentes. Tal reconhecimento nacional se refletiu no papel de protagonismo oferecido à parte da equipe da CPI/AC na elaboração dos parâmetros, ou Referenciais Curriculares de Formação dos Professores e do Currículo Nacional para as Escolas Indígenas, cuja coordenação geral esteve sob nossa responsabilidade técnica.

Em 2009/2010, mais um fato inédito na história da educação indígena nos enche de alegria e satisfação.

Foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Acre, o trabalho realizado, desde 1996, com os agentes agroflorestais, cujo documento curricular veio sendo elaborado desde que começamos a experiência, acompanhando-a no tempo, a partir do registro de cursos, oficinas e assessorias, e pelo trabalho reflexivo de toda equipe envolvida.

Neste caso, de novo chama a atenção o pioneirismo de um trabalho até então alternativo e piloto, que ganharia reconhecimento estadual e nacional. Ele pode agora, mais ainda, com seu currículo reconhecido, balizar outras entidades civis e agências de estado na direção da formação profissional em nível médio de jovens e adultos das sociedades indígenas de todo o país, abrindo debate e reflexão pedagógica no campo pouco conhecido da agricultura aliada ao meio ambiente, numa perspectiva de respeito das terras indígenas, seu desenvolvimento local e regional, num viés também planetário.

Mais de uma centena de agentes agroflorestais ganham assim a possibilidade de conquistas pessoais e sociais em seu fazer cotidiano nas aldeias e em seus municípios, como profissionais da sua terra, mas também de todo planeta.

Eles e elas podem doravante ter reconhecida sua formação realizada até aqui, e continuar estudos em níveis superiores, aliando sua prática de trabalho à continuidade de sua formação, cada vez mais aprofundada, recebendo sua titulação pela CPI/AC, como parte integrante do sistema estadual de educação, podendo, mais uma vez, fornecer exemplo para todo o Brasil.



RENATO GAVAZZI

AAFIs durante atividade de etnomapeamento da TI Kaxinawá-Ashaninka do rio Breu, em 2004)



ACERVO CPI

CONSTRUÇÃO de açude comunitário durante oficina itinerante de formação, na TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, em 2005

RENATO GAVAZZI

AAFIs levam mudas usadas para implantar marcos vivos na autodemarcação da TI Kaxinawá do Seringal Independência

* Nietta Lindenberg Monte - Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Fundadora do projeto “Uma Experiência de Autoria” e uma de suas coordenadoras desde 1983 nas áreas de pedagogia e ensino de línguas. Responsável pela consultoria pedagógica geral do currículo de formação dos agentes agroflorestais e de magistério. Coordenou também sistematização da proposta curricular. Fez a coordenação geral, junto ao MEC, do processo de elaboração do Referencial Curricular Nacional Para Escolas Indígenas e do Referencial Nacional para Formação de Professores Indígenas.



Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre AMAAIAC

Ofício 09

Para a Assessoria Especial dos Povos Indígenas

Sr. Assessor
Francisco Pianko

Rio Branco – Acre, 01 de Dezembro de 2009

Assunto: Fortalecer a Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Acre

Senhor Assessor,

Através de nossa Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC, representante dos Povos Kaxinawá, Manchineri, Katukina, Yawanawá, Ashaninka, Jaminawa, Nukini, Poyanawa, Shawãdawa, Shanenawa e Nawa, que vivem em 21 Terras Indígenas localizadas em 12 Municípios do Estado do Acre, realizamos em 2009 como o apoio do projeto PDPI-MMA, duas oficinas de sensibilização nas terras indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá e Kaxinawá do Rio Jordão, e um curso de formação em parceria com a CPI-Acre na Escola Centro de Formação dos Povos da Floresta. Envolvermos nessas ações 106 Agentes Agroflorestais para avaliarmos nosso trabalho junto à comunidade e discutimos sobre nossas políticas para melhorar e fortalecer as ações de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas do Acre.

Vimos, então, por meio desta, encaminhar a vossa senhoria pedido de apoio para que possamos avançar e fortalecer mais as ações da Extensão Agroflorestral Indígena no Estado do Acre. Dessa maneira solicitamos:

- 1) Continuidade e apoio a formação profissional técnica de 126 Agentes Agroflorestais Indígenas;
- 2) Pagamento da bolsa de estágio para o trabalho de extensão agroflorestral aos 82 AAFIs que fazem parte do critério de seleção da AMAAIAC para remuneração (lista em anexo);
- 3) Realização de Concurso Público para os AAFIs que vão ser formados e titulados como técnicos de nível médio, através do diploma reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação; e
- 4) Solicitamos apoio também para implementação dos planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, através de convênio do Estado com as associações indígenas e também o fortalecimento institucional e das ações desenvolvidas pela AMAAIAC e seus projetos.

Atenciosamente,

Josias Pereira Maná
Presidente da AMAAIAC

